



Revista de Políticas Públicas
ISSN: 2178-2865
revistapoliticasp-publicas@ufma.com
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Bezerra de Farias, Flávio
A LUTA DE CLASSES NA CRISE DOS TEMPOS PÓS-MODERNOS¹
Revista de Políticas Públicas, vol. 24, 2020, pp. 11-33
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A LUTA DE CLASSES NA CRISE DOS TEMPOS PÓS-MODERNOS¹

Flávio Bezerra de Farias²

Resumo

Uma atualização referenciada em Rosa Luxemburg das questões social, ecológica, nacional e geopolítica como um todo, no quadro do imperialismo global, cujas abordagens marxista e pós-marxista, identificam o proletariado e a massa popular como sujeito emancipador, respectivamente.

Palavras-chave: Questões social e ecológica. Luta de classes. Pós-modernidade. Neoliberalismo.

THE CLASS STRUGGLE IN THE CRISIS OF POST-MODERN TIMES

Abstract

An actualization referenced in Rosa Luxemburg, of the social, ecological, national and geopolitical questions as a whole, in the framework of global imperialism, whose approaches Marxist and post-Marxist, identify the proletariat and the popular mass as emancipator subject, respectively.

Keywords: Social and Ecological questions. Class struggle. Postmodernity. Neoliberalism.

Artigo recebido em: 11/11/2019. Aprovado em: 06/02/2020

¹ Em memória de Marielle Franco e Rosa Luxemburg.

² Engenheiro Civil (UEMA, 1976) e Economista (UFMA, 1976). Diploma de Estudos Aprofundados em Economia do Desenvolvimento (Panthéon-Sorbonne, 1978). Doutor de Terceiro Ciclo em Economia e Gestão (Amiens-Picardie, 1981). Doutor de Estado em Economia (Paris-Nord, 1988). De 1995 a 2015, realizou pós-doutorados (Paris-Nord, Sorbonne Nouvelle) e estadias de professor visitante (Paris-Nord) e pesquisador visitante (Meddlesex-Londres). Professor Titular Aposentado da UFMA. E-mail: flaviobezerradefarias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A investigação no seu todo, inicialmente, buscou atualizar certos dilemas sociais e históricos que foram explicitados por Rosa Luxemburg (1984; 1971; 1972; 2009) há mais de um século; em seguida, buscou a superação do dualismo entre questão social, de um lado, e, do outro, questão ecológica, questão geopolítica, questão nacional e questão militar; enfim, buscou sublinhar o antagonismo entre o proletariado e o imperialismo global, enquanto configuração da pós-modernidade cada vez mais destrutiva do homem e da natureza¹. Por falta de espaço, apenas este terceiro aspecto está exposto no texto abaixo.

2 A DESTRUÇÃO IMPERIALISTA DO HOMEM E DA NATUREZA

Na conjuntura atual do imperialismo global, especificamente no consenso neofascista do novo século americano, sem ilusão democrática burguesa de *pax imperialis*, cosmopolita liberal ou social-liberal, sob a liderança republicana *realista* de Trump e a real colaboração de Bolsonaro, a reviravolta neofascista da forma estatal brasileira *oculta* o seu entreguismo à potência estadunidense e, portanto, a sua decadência geopolítica (perdas em termos de relações com economias periféricas, com a UNASUL e os BRICS), a sua promiscuidade com o grande capital (*compradore* e estrangeiro), o seu descompromisso com a ecologia, o seu comprometimento com as desigualdades e as injustiças, etc., atrás tanto de ataques societários, ideológico-culturais e político-sociais ao conjunto e aos subconjuntos do proletariado (formados ou em formação profissional) e aos seus intelectuais orgânicos, quanto de fanatismo religioso, de manipulações jurídicas e midiáticas, de apologia da violência armada, do militarismo e da *pax israelensis*, sem esquecer de ameaças guerreiras à Venezuela, em apoio à *moral*, ao *patriotismo* e à *democracia* de Juan Guaidó. Aliás, como ficou claro e evidente há mais de um século, na 1^a grande guerra mundial entre potências imperialistas, “a própria noção desta guerra decente e virtuosa de defesa patriótica, que nossos parlamentares e redatores colocam agora no primeiro plano, é pura ficção, que não se importa com a mínima compreensão histórica do conjunto e de suas conexões mundiais.” (LUXEMBURG, 2009, p. 206). Portanto, não são as patriotadas burguesas dos hipócritas e dos políticos menores “que decidem sobre o caráter da guerra, mas a constituição histórica da sociedade e de suas organizações militares.” (LUXEMBURG, 2009, p. 206). Assim, as milícias bolsonarianas estão para as milícias bolivarianas, assim como os militares brasileiros saudosos da ditadura burguesa de 1964 estão para os militares venezuelanos esperançosos do socialismo do século XXI. Aliás, para um jovem socialista do século XIX,

[...] é evidente que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas; a força material só pode ser abatida pela força material; mas a teoria, também ela, se converte em força material uma vez que penetra as massas. A teoria é capaz de penetrar as massas desde que proceda através de demonstrações *ad hominem*, e ela faz demonstrações *ad hominem* desde que se torne radical. Ser radical é abordar as coisas em suas raízes. Ora, para o homem, a raiz é o próprio homem (MARX, 1998, p. 25).

Em circunstâncias belicosas imperialistas, inclusive nas situações de guerra *híbrida* ou guerra contra o *terrorismo*, as organizações sindicais e políticas do proletariado não devem ter “uma atitude passiva”, mas, a exemplo dos bolcheviques, “se engajarem numa política de classe, independente”, no nível interno; e, no nível externo, “importa levar a sério o direito dos povos de dispor deles mesmos e da defesa nacional, e usá-lo como alavanca revolucionária contra a guerra imperialista.” (LUXEMBURG, 2009, p. 215-216). Enfim, “é justamente a guerra como tal, e qualquer que seja seu resultado militar, que constitui a maior derrota imaginável para o proletariado..., é somente a luta internacional do proletariado para derrubar a guerra e para arrebatar uma paz imediata que pode trazer a vitória para a causa proletária.” (LUXEMBURG, 2009, p. 250-251). Parafraseando a Rosa Vermelha, somente a vitória da *guerra contra a guerra* pode ao mesmo tempo efetuar a liberação real do Brasil, como também a democratização socialista na Nossa América. Aliás, o neoliberal repressivo e militarista-securitário que preside a França, com parte do seu território na América do Sul, declarou

A capacidade militar da França está no coração da nossa ambição... Entramos numa era de grande turbulência. Na maior parte, os riscos e ameaças que enfrentamos não são desconhecidos para nós, mas suas manifestações se aceleraram, seus efeitos foram ampliados e aproximados. Sua acumulação reflete um enfraquecimento do sistema internacional e o surgimento de atores que buscam desafiá-lo abertamente... No cenário internacional, a ameaça de uma grande deflagração é possível. As asserções de potência e regimes autoritários emergem ou retornam, enquanto o multilateralismo parece desvanecer-se diante da lei do mais forte (MACRON, 2017, p. 1).

Em detrimento da dialética do *Estado capitalista contemporâneo*, o falso debate da análise econômica burguesa sobre Estado máximo versus Estado mínimo tem um viés quantitativo e fetichista que oculta a questão qualitativa sobre a especificidade estatal quanto à sua natureza e ao seu papel na configuração imperialista pós-moderna e neoliberal (FARIAS, 2000; 2013a). Os pós-marxistas ocidentais adotam, em geral, a utopia abstrata (farsa) de repetir a governamentalidade das políticas públicas estatizantes e socializantes, que prevaleceu durante a guerra fria, cujo complexo militar-industrial² é um fenômeno omitido, ideologicamente. Desde a segunda década do século XX,

[...] quem não compreendia que a guerra mundial já era em suas causas e nas suas origens uma pura guerra imperialista pode, em todo caso, se aperceber por seus efeitos que, nas condições presentes, ela devia automaticamente, inevitavelmente, se estender num processo imperialista pela partilha do mundo (LUXEMBURG, 2009, p. 204).

As experiências imperialistas mundiais do século XX confirmaram o acerto da opção socialista de Rosa Luxemburg (2009) diante de um importante dilema, a saber:

[...] ou o triunfo do imperialismo, e o desaparecimento de toda civilização, como na Roma antiga, a depopulação, a devastação, a degenerescência: um grande cemitério. Ou a vitória do socialismo, isto é, a ação de luta consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e seu método: a guerra. Este é um dilema da história do mundo, uma alternativa irreduzível, em que os pratos da balança oscilam, segundo a resolução do proletariado consciente. O futuro da civilização e da humanidade depende da questão de saber se o proletariado lançará com uma viril determinação, a espada da luta revolucionária na balança. (LUXEMBURG, 2009, p. 29-30).

Pressupondo como incompatíveis as categorias totalidade marxiana e hegemonia gramsciana³, o grande desafio do “socialismo” como “democracia radical”, na abordagem pós-estruturalista e pós-gramsciana de Laclau e Mouffe (2009), concentrou-se tanto em “construir as bases de uma resposta política, conceitualmente fundamentada”, ao sucesso supostamente irreversível das políticas neoliberais desencadeadas com a chegada ao poder dos conservadores Thatcher e Reagan, quanto em “combater a influência mundial de sua ofensiva contra as políticas sociais e os programas de desenvolvimento de inspiração socialista e social-democrata”, mas “sem esquecer”, como no caso chileno, “a versão militarizada deste mesmo neoliberalismo.” (BALIBAR, 2009, p. 6). Entretanto,

[...] o exército deve proteger o país dos inimigos externos, mas não se intrometer nas lutas de classes dentro do país. Desde sempre, a prática da sociedade burguesa contradisse – e continua a contradizer – essa teoria, assim como toda a ideologia dessa sociedade busca apenas violar sua verdadeira razão de ser. De fato, desde sempre, o exército tomou parte direta e muitas vezes decisiva em todas as lutas de classes importantes. A burguesia capitalista notavelmente começou e consolidou sua carreira histórica como classe dominante graças ao poder do exército (LUXEMBURG, 1914, p. 1).

Porém, o fato de que a violência estatal esteja presente na gênese, no desenvolvimento e na superação histórica do capitalismo e, portanto, nas suas totalizações concretas (desde o pequeno silogismo da produção mercantil simples até o grande silogismo da produção como um fim em si), não implica a abstração irracional de mesclar e confundir cada desses momentos dialéticos distintos numa única categoria (simultaneamente genética e estrutural), como na “acumulação por expropriação” do pós-marxista ocidental David Harvey (2010)⁴. No sentido do grande desafio da “condição pós-moderna” (HARVEY, 2012), cada vez mais urgente em razão da grande crise da “sociedade salarial fordista” dos anos 1970, que teria levado à “sociedade salarial pós-fordista” (FARIAS, 2000; BRAGA, 2003), o pós-marxismo ocidental fez a crítica à ofensiva neoliberal da revolução conservadora pós-moderna, em defesa da regulação do capitalismo:

É nesse contexto de crise do liberalismo democrático que é necessário situar a ofensiva que busca dissolver o potencial subversivo das articulações entre liberalismo e democracia, reafirmando a centralidade do liberalismo como defesa da liberdade individual contra toda interferência do Estado, e em oposição ao elemento democrático, que se baseia sobre direitos iguais e soberania popular (LACLAU; MOUFFE, 2009, p. 302).

Entretanto, na transição da modernidade à pós-modernidade, dos anos 1930 aos anos 1970, em rivalidade com as estratégias imperialistas, estatizantes e socializantes das grandes ideologias

as stalinistas e keynesianas, a grande ideologia do neoliberalismo, progressivamente, abandonou a hipótese marginalista da economia pura e do mercado autorregulável em favor de uma estratégia de governamentalidade, sob a primazia da racionalidade privatista do mercado mundial livre e eterno (ordo-liberalismo, utilitarismo, capitalismo humano, pós-modernismo, etc.). Apesar do fato de que, no capitalismo imperialista, “cada país não passa de um elemento orgânico num conjunto mais vasto” (LUXEMBURG, 1971, p. 23) – para além do plano, da regulação, do providencial bem-estar, da organização, etc., que prevaleceram, circunstancialmente, de 1945 a 1975 – consolidou-se nos anos 1980 uma tendência da economia capitalista mundial à desorganização, manifestada desde o início do século XX:

[...] na totalidade que cobre os oceanos e os continentes, nem plano, nem consciência, nem regulação se afirma; forças cegas, desconhecidas, indomáveis jogam com o destino econômico dos homens. Certamente, hoje também, um mestre todo-poderoso governa a humanidade que trabalha: é o capital. Mas, sua forma de governo não é o despotismo, é a anarquia (LUXEMBURG, 1971, p. 57).

No contexto de uma grande transformação social e histórica, a grande ideologia burguesa, dominante no mundo inteiro tanto no Ocidente (desde os anos 1980), quanto no Oriente (desde os anos 1990), passou a empregar uma estratégia sistêmica de governança empresarial e global, afetando a produção pela produção sob aspectos cognitivos e financeiros *inovadores*, em termos de pensamento burocrático tanto schumpeteriano, quanto único e unilateral (*neototalitário*). Efetivamente, trata-se de uma “roleta global” (GOWAN, 1999) imperialista, desfavorável aos países periféricos e ao proletariado, que invade e subsume os domínios sociais e políticos da existência, numa combinação variável de práticas de produção e de normalização social marcadas por autoritarismo, utilitarismo, neoliberalismo e pós-modernismo. No quadro imperialista global,

A natureza foi reduzida a algo que pode ser valorizado, comercializado e usado como qualquer outro ativo: capital industrial, capital humano, capital do conhecimento, reivindicações financeiras e assim por diante. Essa é a maneira ideológica de incorporar a natureza à racionalidade capitalista e seu cálculo monetário. Esta é, naturalmente, a maneira dominante de pensar na economia *mainstream* (ALTVATER, 2016, p. 145).

A experiência de capitalismo global orientada pela racionalidade economicista neoliberal é cada vez mais destrutiva da humanidade e da natureza, em geral; e, em particular, ao se ampliar e aprofundar a crise global, tende para uma governamentalidade neofascista e ultraliberal – inclusive nas potências subimperialistas centrais, como na França (CLOUSCARD, 2015; PALHETA, 2018) –, sobre tudo na periferia do sistema, implementada através de golpes do imperialismo global (FARIAS, 2015; 2013a,b), arrasadores de países periféricos inteiros⁵. Com efeito, a configuração do capitalismo neste início de século XXI implica tanto a crise global, quanto o imperialismo global, com suas frequentes guerras justas, ou sua guerra permanente e sem limites (LIANG; XIANGSUI, 2003) e, até mesmo, com sua guerra à distância por meio do drone (CHAMAYOU, 2013), ou, não tão distante assim, com suas

invasões através do voyeurismo dos satélites e da internet. Além da barbárie nua e crua, em que a população civil é a principal vítima das atrocidades, como nas guerras desencadeadas no Iraque, na Líbia, na Síria, etc., a grande estratégia do imperialismo global, sob a hegemonia dos EUA, também fomenta o desgoverno em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil e na América Latina, no quadro de “ameaças híbridas” (TENENBAUM, 2015, p. 35). Contra um mundo multipolar,

Um novo espaço *tende a se formar*, em escala mundial, integrando e desintegrando o nacional, o local. Processo pleno de contradições, ligado ao conflito entre uma divisão do trabalho em escala planetária, no modo de produção capitalista – e o esforço em direção a uma outra ordem mundial mais racional. Essa penetração do e no espaço teve tanta importância, historicamente, quanto a conquista da hegemonia pela penetração no institucional. Ponto capital, se não final, dessa penetração: a militarização do espaço... coroa a demonstração, em escala ao mesmo tempo planetária e cósmica (LEFEBVRE, 2000, p. 26).

A crítica marxiana da economia política, desde o duplo caráter do trabalho até o duplo caráter da reprodução do capital social total, não ignora a questão do valor de uso (ROSDOLSKY, 2001, p. 75 *et seq.*) e, portanto, da riqueza material resultante do trabalho concreto ou do processo de trabalho, que constitui um todo contraditório com a riqueza social resultante do trabalho abstrato ou do processo de valorização. Nem ignora que a totalização dos elementos objetivos e subjetivos do capital produtivo individual, e, portanto, do capital social total, faz parte das condições gerais de vida humana no planeta terra em condições temporais e espaciais determinadas, incluindo categorias tanto da formação socioeconômica para além de processo de produção imediato e da reprodução individual e social, quanto da formação natural. Entretanto, na *crítica da economia política*,

[...] a função dos esquemas de reprodução não é de analisar as leis de desenvolvimento do capitalismo, nem de sublinhar as contradições do sistema. Eles devem demonstrar porque e como o equilíbrio da produção capitalista pode ser estabelecido periodicamente apesar da anarquia da produção capitalista. Eles são próprios à problemática do “capital no seu conjunto”, enquanto as crises e os movimentos conjunturais são próprios à problemática dos “múltiplos capitais” ... que os esquemas fazem, precisamente, abstração. A realidade do mundo de produção capitalista é a unidade dessas duas problemáticas. Eis o que Rosa perdeu de vista... Mas, se a tese da impossibilidade de realizar toda a mais valia em reprodução ampliada, sem intervenção de compradores não-capitalistas, é indefensável do ponto de vista teórico, em compensação, é evidente que estes compradores desempenharam e desempenham ainda um papel essencial para explicar a expansão histórica concreta pela qual o modo de produção capitalista passou desde 1750 até hoje. (LUXEMBURG, 1971, p.24).

A apropriação capitalista da riqueza material, na forma de meios de produção e força de trabalho (elementos do consumo produtivo), não se determina por simples critérios morais como bem-estar ou preservação dos seres orgânicos, inorgânicos e sociais, pois os múltiplos processos de trabalho industriais se inserem no quadro de primazia da produção como um fim em si, que se manifesta em extremas desigualdades sociais e exuberâncias financeiras, essencialmente, destrutiva do homem e da natureza. Quanto ao consumo improdutivo,

[...] a acumulação contínua de mais e mais bens... não é, de modo algum, uma característica universal ou mesmo predominante do comportamento humano. O desenvolvimento de talentos e inclinações para o seu próprio bem; a proteção da saúde e da vida; cuidar de crianças; o desenvolvimento de relações sociais ricas como um pré-requisito para a estabilidade mental e a felicidade – tudo isso se torna uma grande motivação quando as necessidades materiais básicas são satisfeitas (MANDEL, 1992, p. 206).

Porém, o capitalismo tardio só entrou na sua fase pós-moderna neoliberal depois de se tornar “o capitalismo da sedução”, em que “a implantação dos usos mundanos da civilização capitalista testemunha um arrivismo selvagem, um narcisismo vulgar, um libido arrogante”, como também “o domínio das técnicas e dos momentos do consumo mundano testemunha a afabilidade” (CLOUSCARD, 2015, p. 330-331), ou melhor,

Este gozo só é possível pela recuperação da revolução científica e tecnológica em nome da informatização da afabilidade. A malversação do uso da máquina, do uso funcional, em proveito do uso lúdico, libidinal, marginal atinge um limiar extremo. Esta malversação tem dois efeitos: facilitar a vida de ‘afabilidade’ e tornar mais dura a vida dos trabalhadores. (CLOUSCARD, 2015, p. 343).

Os capitais numerosos formam uma totalidade contraditória, implicando as relações sociais de produção e o processo material de produção, enquanto produção pela produção, em que se explicitam os limites inerentes ao capital produtivo de valor e valor de uso, “que ele não leva em conta e faz abstração”, de maneira que a “superprodução” torna-se “a lembrança repentina de todos esses momentos necessários da produção fundada sobre o capital; de onde a desvalorização geral decorre neste fato que os havíamos esquecido” (MARX, 1980, Tomo I, p. 355-356). Na visão eco-marxista,

O capitalismo moderno, portanto, é mais que uma formação social. O capitalismo mudou a existência humana; interpenetrou ambos os sistemas, terrestres e os mundos mentais de cada indivíduo (social). Isso tem consequências significativas para nossa política. Porque não há mais ‘apenas’ antagonismos sociais: cada um desses antagonismos incorpora as implicações sócio-ecológicas dos sistemas terrestres alterados que também provocam conflitos de classe e mantêm a sociedade em movimento (ALTVATER, 2016, p. 144).

Embora o fato de fazer abstração, num determinado momento, do valor de uso e, portanto, da questão ecológica e das necessidades sociais concretas inerentes às mercadorias, corresponda à prática real da valorização capitalista, como forma de exploração econômica, que se combina necessariamente com determinadas formas de dominação política e humilhação social, sem esquecer as formas estatais, ideológicas, culturais, jurídicas, etc. Ao contrário do que pensa a economia política do rentista – cuja apologia do mercado autorregulável é ancestral do neoliberalismo –, na abordagem marxiana do ser social não há economicismo, pois na sociedade capitalista não existe economia pura, que não passa de uma abstração irracional. Na economia *mainstream*, “por enquanto, o meio ambiente aparece como uma zona de penumbra entre um subsistema isolado e esta parte do resto que se tornou muito importante para ser negligenciada, mas não foi ainda incluída no sistema intencional.” (SACHS,

1977, p. 296). Para sair do impasse reducionista na teoria e destrutivo na prática, seria importante a restituição da questão do valor de uso no sentido indicado pela crítica da economia política, do começo ao fim da totalidade capitalista, para superar a produção pela produção sob os aspectos da riqueza social e da riqueza material. Assim,

O espaço da homogeneização não tem, então, nada de homogêneo. À sua maneira, *poliscópico* e plural, ele contém e unifica de maneira restritiva fragmentos ou elementos dispersos. Se ele aparece historicamente como meio do compromisso sócio-político entre a aristocracia e a burguesia (entre a propriedade do solo e a propriedade do dinheiro), ele se mantém com o conflito entre o capital financeiro, abstração suprema, e a ação em nome do proletariado (LEFEBVRE, 2000, p. 355).

Somente por abstração racional, a questão da opressão econômica, política e social pode ser separada tanto nos seus elementos específicos componentes de uma formação socioeconômica (questão social), quanto das suas relações com a natureza (questão ecológica). Aliás, isso foi explicitado por autores marxistas tanto na *dialética da natureza* (ENGELS, 1968), quanto na *ontologia do ser social* (LUKÁCS, 2009; 2012), em que é fundamental apreender a essência contraditória do duplo caráter do trabalho, do processo de produção imediato, da reprodução do capital e, enfim, da produção pela produção dos capitais numerosos. Especificamente, um importante apologistas da configuração de capitalismo taylorista, keynesiano e fordista, afirmou que “conceber as instituições que garantissem o bem-estar da sociedade era um assunto mais complicado do que descobrir as verdades da natureza.” (STI-GLITZ, 2019a, p. 1). Que a combinação humana de aspectos naturais e sociais, como na restruturação do capitalismo global, em que floresce um complexo militar-industrial,

[...] não nos deixe, entretanto, lisonjear-nos demais por causa de nossas vitórias sobre a natureza. Para cada uma dessas vitórias, ela se vinga de nós... E assim os fatos nos lembram a cada passo que de modo algum governamos a natureza como um conquistador reina sobre um povo estrangeiro, como alguém que estaria fora da natureza, mas que nós, com carne, sangue e cérebro, pertencemos a ela e existimos no seio dela, e que toda nossa dominação sobre ela reside na vantagem que temos sobre o conjunto das outras criaturas para conhecer suas leis e aplicá-las corretamente (ENGELS, 1968, p. 180-181).

Ao abordar então o modo de produção, a abstração marxiana não faz um isolamento, uma separação definitiva, pois a totalidade concreta pode ser consolidada, ou melhor, reconstituída na riqueza de suas múltiplas determinações. Assim, depois de abordar a questão do capitalismo global como uma formação historicamente determinada, cabe ainda abordar a questão “sobre como o capitalismo funciona e cria ativamente a natureza planetária” (ALTVATER, 2016, p. 138). A crise ecológica se agrava cada vez mais porque, obviamente, para além do fordismo e na globalização, a produção pela produção em massa da riqueza material persiste em não aplicar adequadamente as leis da natureza, ao mesmo tempo em que reifica e naturaliza o consumo-produtivismo neoliberal. Em compensação,

[...] a única liberdade possível é que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente seus metabolismos com a natureza, que eles a controlem juntos no lugar de serem dominados por sua potência cega e que eles realizem esses metabolismos com o mínimo emprego de força e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas esta atividade constituirá sempre o reinado da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si, o verdadeiro reino da liberdade que só pode florescer se baseando sobre o outro reino, sobre a outra base, aquela da necessidade. A condição essencial deste florescimento é a redução da jornada de trabalho (MARX, 1976, L. III, p. 742).

No processo coletivo de democratização que interessa ao proletariado, o planejamento não se limita à produção racional e sustentável da riqueza material que atenderia às necessidades e ao bem-estar da sociedade, posto que “na hipótese da produção coletiva, a determinação pelo tempo permanece, naturalmente, essencial.” (MARX, 1980, T. I, p. 110). De fato, a redução do tempo para fazer certas coisas úteis, implica ganho de tempo tanto para fazer outras coisas úteis, de acordo com o conjunto de necessidades do homem, quanto para agir mais e melhor nos domínios de sua vida espiritual, especificamente cognitiva e comunicativa. Portanto, “economia de tempo e distribuição planificada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos da produção permanecem a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva.” (MARX, 1980, T. I, p. 110). A necessidade de aplicação desta lei na escala planetária decorre do “impulso imperialista do capitalismo para a expansão, enquanto expressão de sua mais alta maturidade, de seu último período de vida”, em que ele “tem por tendência econômica transformar o mundo inteiro em produtor capitalista.” (LUXEMBURG, 2009, p. 255-256). No início do século XX, já estava explícito que

[...] esta marcha triunfal do capital através do mundo, que fazia seu caminho empregando, por todos os meios, a violência, o roubo e a infâmia, tinha um lado bom: criava as condições preliminares de seu desaparecimento definitivo, instaurava a dominação capitalista universal para a qual, unicamente, a revolução socialista universal pode ser a sucessora (LUXEMBURG, 2009, p. 256-256).

Ao contrário do que difundido em massa pela ideologia do progresso cognitivo e comunicativo do capitalismo tardio, pós-moderno e neoliberal, com a anarquia da produção globalizada, floresce o desperdício, o consumo-produtivismo e o “impossível capitalismo verde” (TANURO, 2010). Mas, “o humanismo ecologisante será o veículo da boa vontade (aquele que pavimenta o inferno), da ideologia. Ele permite desenvolver um discurso indulgente, cordial, até mesmo generoso.” (CLOUSCARD, 2015, p. 328). Por mais que as práticas (*antropocêntricas*) de planejamento e engenharia ecológica tentem responder aos trancos e barrancos às limitações do sistema natural planetário, elas restam essencialmente subsumidas às práticas (*capitalocêntricas*) empresariais lucrativas. No capitalismo industrial,

O modo de produção organiza, produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais – o seu espaço (e o seu tempo). É assim que ele se realiza... O modo de produção projeta *in loco* essas relações, o que reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, garantida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espacotemporais). Não se

pode dizer que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, "ordenado", por inspiração ou inteligência, a sua extensão espacial, que devia se estender, em nosso tempo, ao planeta inteiro! Houve, primeiramente, a utilização do espaço existente, por exemplo, das vias hídricas... depois, das estradas; em seguida, a construção das ferrovias, para continuar pelas autoestradas e aeródromos. Nenhum meio de transporte no espaço desapareceu inteiramente, nem a caminhada a pé, nem o cavalo, nem a bicicleta etc. No entanto, é um espaço novo que foi constituído no século XX, em escala mundial; a sua produção, inacabada, continua. O novo modo de produção (a sociedade nova) se apropria, isto é, arranja para seus fins o espaço preeexistente, modelado anteriormente. Modificações lentas, penetrando em uma espacialidade já consolidada, mas perturbando-a às vezes com brutalidade [...] (LEFEBVRE, 2000, p. 25-26).

A atualidade e a importância da questão do capitalismo como produção destrutiva do espaço natural são particularmente claras e evidentes nos desastres ecológicos de Fukushima (centro) e de Minas Gerais (periferia), em aparecerem efeitos cumulativos negativos da acumulação de riquezas, por conta da energia utilizada e da mineração praticada. Além disso, "defensores do New Deal Verde dizem que há grande urgência em lidar com a crise climática e destacam a escala e o escopo do que é necessário para combatê-la", por meio de regulação estatal e contratual, geralmente; e, especificamente, "com as devidas políticas fiscais e com vontade coletiva, podemos pagar o New Deal Verde." (STIGLITZ, 2019b, p. 1). Portanto,

[...] a guerra contra a emergência climática, se corretamente travada, seria, na realidade, benéfica para a economia – assim como a segunda guerra mundial preparou o cenário para a era dourada da economia americana, com a taxa mais rápida de crescimento em sua história em meio à prosperidade compartilhada (STIGLITZ, 2019b, p. 1).

Trata-se de uma abordagem nostálgica do fordismo, que resolve a questão ecológica através de uma regulação positivista e pseudo-concreta, própria à salvação da potência imperialista global. Em última instância, o principal responsável superestrutural é o modo estatal global, porque não há muito o que esperar tanto da atitude insustentável e livre dos que personificam os capitais numerosos mundializados na busca do lucro bruto (industrial, comercial e financeiro), quanto do comportamento espontâneo dos integrantes mais virtuosos da humanidade, até mesmo quando todos disponham de recursos financeiros.

3 O PROLETARIADO CONTRA A DESTRUÇÃO DO HOMEM E DA NATUREZA

O pessimismo da razão que adotou a hipótese de uma tendência à situação concreta de impossibilidade absoluta do capitalismo imperialista por causas sociais e naturais somente foi adotada pelo marxismo crítico e revolucionário em combinação com um otimismo da vontade, em que

[...] na medida que se impõe essa tendência, o referido processo também acaba acentuando os contrastes entre as classes e a anarquia econômica e política internacionais de tal maneira que, muito antes mesmo de atingida a consequência última do desenvolvimento econômi-

co – o domínio absoluto e indiviso da produção capitalista neste mundo –, o mesmo processo irá acarretar necessariamente a revolta do proletariado internacional contra a existência do domínio do capital (LUXEMBURG, 1984, tomo II, p. 113-114).

Na configuração capitalista tardia, pós-moderna e neoliberal, a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social são implementadas, efetivamente, de modo amplo e profundo, quer sob o fetiche de um regressivo instinto animal inato, em que o homem seria o lobo do homem, como na filosofia política moderna (HOBBES, 1987), quer sob a reificação dos fatores produtivos e do seu equilíbrio natural, inspirado na física moderna, regredindo de fato em termos de um aforismo herdado da ciência moderna, em que “a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece.” (BACON, 1973, p. 19). Trata-se de uma configuração cada vez mais arrasadora, contra a utopia concreta marxiana de “*naturalização do homem e de humanização da natureza*. Nem uma nem a outra, nem a naturalização, nem a humanização seria concebível sem que se impulsione a imanência ao extremo, na maior proximidade de Causa do homem e da Coisa do mundo.” (BLOCH, 1981, p. 253). Na violenta destruição atinente ao ser natural,

Do mesmo modo que a escala da economia mundial de *commodities* tem crescido, também o número e a escala de nossos problemas ecológicos: aquecimento global, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, perda de diversidade genética, aniquilação de florestas tropicais, desertificação, a disseminação de resíduos tóxicos, poluição de oceanos, o declínio na saúde ambiental, etc. Embora esses problemas sejam discretos de várias maneiras, eles também estão inter-relacionados e têm sua origem nos efeitos da economia de *commodities* na natureza – seja pela externalização de custos, seja pela internalização da natureza em uma economia voltada para o crescimento ilimitado do capital. (FOSTER, 2002, p. 39).

Na violenta destruição atinente ao ser social, cada vez mais impulsionada por intromissões estatais neoliberais, tanto contrarreforma passa por reforma socioeconômica, quanto flexibilização do trabalho e do emprego passa por instinto individual criativo do trabalhador (VINCENT, 1996). Na práxis econômica, política e social, para que os diversos aspectos da formação capitalista se totalizem na opressão do homem pelo homem, acontece uma abstração real do natural, pouco importa o niilismo da natureza, sempre mantida como subsumida às valorizações reais ou ideais que se somam até atingirem níveis absurdos. Enquanto que na produção capitalista do espaço, “a natureza é reformulada como provedora de recursos e um local de despejo de emissões”, porém, “como arena de externalização” decorrente da racionalidade capitalista, “o mundo externo não está mais disponível”, sem esquecer a certeza de que “a destruição da vida planetária que resulta da externalização não é schumpeteriana. Não é destruição criativa – apenas destruição.” (ALTVATER, 2016, p. 150). Precisamente, “a racionalização do mundo pelo capitalismo baseia-se na externalização, na extração de recursos e no carregamento das esferas do planeta com resíduos sólidos, fluidos e gasosos.” (ALTVATER, 2016, p. 147). Portanto, a acumulação de riqueza social e material devém a soma (quanto à sociedade) e o

resto (quanto à natureza), o que imprime relevo à articulação dialética entre luta de classes e defesa do meio ambiente, a partir da crítica marxiana da economia política (LÖWY, 2011, p. 98), que colocou em causa a lógica destrutiva tanto do ser social, quanto do ser natural implicada pela produção como um fim em si (MÉSZÁROS, 2002; FOSTER, 2002). No nível do grande silogismo historicamente determinado dos processos de produção e circulação do capital como um todo, em termos de subjetividades fundamentais,

[...] as classes sociais têm uma importância particular e um estatuto privilegiado, visto serem o único sujeito trans-individual cuja consciência e comportamento se orientam para a organização do conjunto das relações inter-humanas e das relações entre os homens e a natureza, quer para as preservar tal qual, quer para as transformar de maneira mais ou menos radical; isto é, são o sujeito por exceléncia da ação histórica e, no plano da consciência, o sujeito da criação de universos conceituais e imaginários, ou seja, das criações filosóficas e literárias (GOLDMANN, 1984, p. 83).

Portanto, não se deve abordar apenas o movimento de unidade do espaço reprodutivo na escala global, sem a qual se manifestaria a crise global localizada nos departamentos do capital social total que produzem meios de produção e meios subsistência, mas evoluir de maneira dialética, para abordar a luta nível dos capitais numerosos, para determinar as razões *imediata* (queda da taxa de lucro), *mais profunda* (produção pela produção) e *última* (subconsumo das massas) da crise do capital na escala global. Sobre esta base, se erige a mediação do modo estatal global (FARIAS, 2013a), de sorte que o imperialismo global implica os fenômenos econômicos, organicamente vinculados, tanto da expansão planetária do modo de produção capitalista, quanto da superação generalizada e definitiva de sua fase concorrencial por sua fase monopolista⁶.

No contexto da organização recente do capitalismo imperialista, não há autêntico processo de democratização sem superação da tirania tecnoburocrática da produção como um fim em si (sob a primazia do lucro bruto), que passa pela exigência de uma autogestão democrática proletária da produção de riquezas materiais e sociais, assim como das instituições políticas e sociais, a fim de impedir todas as formas de dominação e humilhação burguesa, como único meio de superar as ameaças existenciais concretas contra a sociedade e a natureza que implica a evolução atual. Portanto, “a humanidade só pode ser salva da destruição mediante o estabelecimento de um controle racional sobre os negócios internacionais e sobre os assuntos internos, isto é, pela eliminação dos conflitos e da competição entre as classes e entre as nações.” (MANDEL, 1989, p. 189). Não é, então, na exuberância financeira e na desigualdade de rendimentos que se encontram as razões essenciais da crise do capitalismo global, mas nas causas econômicas verticais (luta de classes fundamentais) e horizontais (luta no seio da classe dos capitalistas) que impedem a totalização concreta da produção pela produção, cuja mediação de contradições através do modo estatal global, em vez de regular e amenizar, intensifica o

antagonismo tanto entre o imperialismo global e o proletariado como um todo, quanto entre o próprio capitalismo e o planeta terra. Na busca consciente do comunismo como antecipação concreta,

[...] o socialismo se tornou uma necessidade, não somente porque o proletariado não quer mais viver nas condições materiais que lhe reservam as classes capitalistas, mas também porque estamos todos ameaçados de desaparecimento se o proletariado não cumprir seu dever de classe realizando o socialismo (LUXEMBURG, 1978, tomo II, p. 110).

Em compensação, os pós-marxistas defensores da “democracia radical e plural” restam no pseudoconcreto, articulando estruturalmente categorias populistas superficiais como “redistribuição” e “reconhecimento”, para mostrar que “as lutas contra o sexismo, o racismo, a discriminação sexual e pela proteção do meio ambiente deviam ser articuladas àquelas dos trabalhadores num novo projeto hegemônico de esquerda.” (LACLAU; MOUFFE, 2009, p. 34-35). Os pós-marxistas persistem na expectativa de que os atores socioeconômicos racionais, embora ecologicamente irracionais, possam ser capazes de lidar com uma grande transformação mundial liberal neokeynesiana para promover conscientemente o bem-estar da natureza e da humanidade. Nesse sentido, “a distinção entre o Antropoceno e o Capitaloceno se torna politicamente significativa. No Antropoceno, o povo (humanidade) são as *dramatis personae* que podem fazer sua história social, econômica, política e geológica.” (ALTVATER, 2016, p. 150). É relevante a dupla ação dos engenheiros ecológicos, que tanto “devem criar os recursos necessários no lado de entrada dos sistemas sociais e geológicos planetários, numa época em que não podem mais ser facilmente extraídos da natureza externa”, quanto “devem organizar novos métodos de descarregar todas as emissões nos sistemas da Terra (ALTVATER, 2016, p. 151). Num quadro de crise global, entretanto, os opressores burgueses experimentam presto uma anomia na totalização unitária de seus setores produtivos de meios de produção e meios de subsistência, mesmo se anarquia ou entropia não lhes angustia sobremaneira, na marcha da reprodução do capital social total. Na valorização sob forma de mais-valia, a busca fenomênica de lucro advém suprema meta para a predileta mutreta imediatista, aqui e agora, que ignora ora latências, ora tendências contrárias às opressões burguesas, no contexto da dinâmica do ser social – que o ideólogo burguês tenta eternizar, immobilizar e coisificar como fatores terra, trabalho e capital (MARX, 1976). Frente à santíssima Trindade capitalista, a especulação e a pobreza têm o seu amém e a sua apoteose, sobretudo na configuração periférica pós-moderna ultraliberal, considerada como sem alternativa pela ideologia dominante. Trata-se do “movimento de conjunto” da produção como um fim em si, abordado sob formas aparentes, “enfim, dado que estes três elementos... são as fontes das rendas das três classes, à saber aquela dos proprietários fundiários, aquela dos capitalistas e aquela dos operários assalariados – como conclusão, a luta das classes [...]” (MARX, 1972, p. 213).

Os capitais industriais numerosos, como uma totalidade que se exprime por um grande silogismo, implica relações de produção entre capitalistas e proletários, de um lado; e, do outro, entre diversos grupos de capitalistas industriais. Também, a indústria moderna é uma totalidade situada no tempo e no espaço mundial, “que fermenta milhões de vidas humanas, que explode aqui em crise, ali em fome, se incendeia ora em guerra, ora em revolução, e deixa em todo lugar sobre seu caminho montanhas de riquezas e abismos de miséria – vasto rio de suor e de sangue do trabalho humano.” (LUXEMBURG, 1971, p. 39). Em compensação, a abordagem pós-marxista ocidental que, como visto acima, atribui *prioridade* à articulação política e *centralidade* à hegemonia (política), ignora que, desde o início do século XX, a Rosa Vermelha constatara:

Nada é mais chocante hoje, nada tem uma importância mais decisiva para a vida política e social atual do que a contradição entre este fundamento econômico comum unindo cada dia mais solidamente e mais estreitamente todos os povos numa grande totalidade e a superestrutura política dos Estados que busca dividir artificialmente os povos por postos fronteiriços, pelas barreiras alfandegárias e o militarismo, em numerosas frações estrangeiras e hostis umas às outras (LUXEMBURG, 1971, p. 39-40).

Para além do foco social superficial em exuberância financeira e desigualdade de renda (Quadros 1 e 2, abaixo), a guerra de classe no contexto da crise da pós-modernidade exige que o oprimido apreenda, em essência, que os múltiplos capitais totalizam certas relações sociais vitais numa destrutiva produção como um fim em si, progressivamente negando a humanidade e a natureza. Por isso, embora seja necessário, sem dúvida, abordar a luta entre as classes fundamentais no nível fenômeno do consumo e da distribuição, isto se revela insuficiente por estar longe de abordar os aspectos essenciais do antagonismo entre capitalistas e proletários no nível essencial da produção como um fim em si. Uma análise que reste no nível da aparência imediata “jamais permite explicitar os traços específicos das diferentes classes que compõem uma sociedade e, ainda menos, seus interesses, suas estruturas e suas relações mútuas”, de um lado; e, do outro, “substitui, à delimitação relativamente clara, de um número limitado de classes, as transições infinitesimais dos numerosos padrões de vida que se situam entre a pobreza e a riqueza.” (GOLDMANN, 2014, p. 84).

Quadro 1 – Luta econômica horizontal

Luta econômica intercapitalista			
Capital industrial	Capital comercial	Capital financeiro	Exuberância financeira
Singularidade	Particularidade	Universalidade	
Essência			Aparência

Fonte: O autor, baseado em Marx (1976, L.III).

Quadro 2 – Luta econômica vertical

Luta econômica de classes	Concorrência dos capitais	Homogeneidade	Essência
	Pluralidade dos capitais	Diferenciação	
	Fontes dos rendimentos	Hierarquização	
Desigualdade de renda			Aparência

Fonte: O autor, baseado em Marx (1976, L.III).

A crítica marxiana da produção pela produção não foi adequadamente considerada pelas abordagens subconsumistas (seja de Keynes, seja de Rosa Luxemburg)⁷, que se apegaram apenas à questão da realização das riquezas materiais e sociais, sem realizar a passagem dialética do capital social total aos capitais numerosos (criadores e realizadores dessas riquezas), enquanto totalidade capitalista contraditória, destrutiva do homem e da natureza. Também, caso se adote atualmente uma abordagem econômica reducionista, sobretudo sem considerar a natureza e o papel do modo estatal global, colaborar-se-á com os intelectuais orgânicos da burguesia que contribuem para o descrédito tanto da busca de uma alternativa econômica, social e política ao capitalismo imperialista global, quanto do marxismo internacionalista como um todo. Desde a configuração capitalista das potências nacionais que desencadearam a 1ª grande guerra mundial,

O imperialismo, o militarismo e a guerra não podem ser abolidos, nem atenuados, enquanto as classes capitalistas exercerem sem contestação sua hegemonia de classe. O único meio de lhes opor uma resistência plena de sucesso, e a única garantia para a paz do mundo, é a capacidade de ação e a vontade revolucionária do proletariado internacional de se lançar com todo seu peso na balança (LUXEMBURG, 2009, p. 269-270).

Após a 2ª grande guerra mundial, a produção e o consumo de massa do modelo taylorista-keynesiano-fordista, em que se implementou o complexo militar-industrial, implicou também um intervencionismo estatal providencial na aquisição de meios de subsistência “que teriam socialmente e humanamente características menos perigosas que os armamentos.” (GOLDMANN, 1980, p. 340). Porém, na crise dos tempos pós-modernos, em que se manifesta a impossibilidade da “criação massiva de serviços públicos de consumo” (GOLDMANN, 1980, p. 340) para o proletariado, em meio às guerras de classe vencidas pelos que personificam a produção pela produção, advém a hora e a vez de um salto imponente, para que se intente uma utopia concreta, no movimento real que supere o estado de coisas presente, assente numa estratégia emancipatória, em que o proletariado se torne negação da negação (MARX, 1976). Como foi mostrado em outra ocasião,

No quadro do desenvolvimento desigual do ser social na base e na superestrutura do capitalismo, considerando a dialética do universal e do específico, sobretudo nas circunstâncias de crise do imperialismo global, o seu antagonista, o proletariado como sujeito revolucionário, não se configura como um bloco monolítico, mas através de um grande silogismo localizado no tempo e no espaço, como uma totalidade historicamente determinada, de modo que as lu-

tas de classe concretas, com suas estratégias e táticas atinentes à população ativa e à superpopulação relativa, envolvem a homogeneidade, a diferenciação e a hierarquização de um lado; e, do outro, implicam a exploração econômica (generalidade), a dominação política (particularidade) e a humilhação social (singularidade), cujos conteúdos, ritmos e movimentos são desiguais. Por isso, no seu enfrentamento revolucionário à ideologia da classe dominante, o proletariado só consegue potencializar sua consciência de classe para si através de instituições externas à sua existência em si, específicas e apropriadas à sua hegemonia e à luta de classe para si, contra a opressão econômica, política e social capitalista no seu país, no seu continente e no mundo (FARIAS, 2018a, p. 214-215).

No caso brasileiro recente, o antagonismo proletário ao capital e ao seu Estado tem que ser abordado como uma totalização concreta, e, portanto, contra o imperialismo global, “senão, a velha toupeira sindical e partidária do proletariado restará mergulhada no fundo do poço do reformismo soci-al-liberal (obreirista, nacionalista e particularista) no mesmo buraco que o temerário ultroliberalismo cava agora até as profundezas do inferno.” (FARIAS, 2018a, p. 216). Trata-se do desenvolvimento da consciência de classe do proletariado contra os *temperamentos* ideológicos como o obreirismo, o nacionalismo, o particularismo, sem subestimar a importância do elemento nacional, pois

[...] a luta de classe do proletariado é um fenômeno tão profundamente enraizado na história moderna que suas manifestações principais são determinadas por relações globais, no domínio social e internacional, e não por elementos tão secundários como o temperamento nacional. A história específica de cada país e as tradições que ela implica exercem uma bem maior influência (LUXEMBURG, 1969, p. 159).

Além disso, “a organização do espaço centralizado e concentrado serve simultaneamente ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios. As classes sociais ali se investem e ali se travestem, na hierarquia dos espaços ocupados.” (LEFEBVRE, 2000, p. 26). Como constatara Rosa Luxemburg (2009, p. 200),

[...] a política imperialista não é a obra de um Estado qualquer ou de alguns Estados; ela é o produto do desenvolvimento universal do capital, a um grau determinado de maturidade, um fenômeno internacional na sua essência, um todo indivisível, que só reconhecível sob todas as suas relações mutantes et *ao qual nenhum Estado tem a faculdade de eximir-se*.

Isso ilustra a tese de que “a retomada dos conceitos marxistas se desenvolve de maneira ótima levando em conta plenamente o espaço” (LEFEBVRE, 2000, p. 396), como desenvolvimento desigual da produção pela produção na escala planetária. Em qualquer circunstância, de paz ou de guerra, “a luta do proletariado como classe deve ser concentrada em primeiro lugar contra o imperialismo. A luta contra este é, ao mesmo tempo, para o proletariado internacional a luta pelo poder, o acerto de conta decisivo entre o socialismo e o capitalismo.” (LUXEMBURG, 2009, p. 270-271).

O calcanhar de Aquiles do imperialismo global é atingido em cada luta decisiva e eficaz contra a opressão do proletariado nas potências componentes do capitalismo global, diversificadas e hierarquizadas, inseridas especificamente num movimento que “toma no seu conjunto um caráter irre-

gular, complexo, combinado." (TROTSKY, 1967, tomo I, p. 41). Nesse sentido, sobre a mercadoria transformada em capital, no quadro do capitalismo imperialista,

[...] esta ‘mercadoria’ não serve para preencher “certas lacunas” das “economias nacionais” estrangeiras, mas ao contrário para criar lacunas, para abrir rachaduras e fendas na alvenaria das “economias nacionais” envelhecidas, para ali penetrar, ali agir como um barril de pólvora e transformar a curto ou a longo prazo essas “economias nacionais” em amontoado de ruínas. Com esta “mercadoria” outras “mercadorias” ainda mais remarcáveis se espalham em massas de alguns países ditos civilizados para o mundo inteiro: meios de comunicação modernos, extermínio total de populações indígenas; economia monetária e endividamento dos camponeses; riqueza e pobreza, proletariado e exploração; insegurança da existência e crises, anarquia e revoluções. As ‘economias nacionais’ europeias estendem seus tentáculos para todos os países e todos os povos da terra para sufocá-los na grande rede da exploração capitalista (LUXEMBURG, 1971, p. 34-35).

In fine, a abordagem da totalidade concreta, complexa e contraditória formada por economias centrais e periféricas, envolvidas essencialmente em relações de desigualdade e dependência, no contexto de produções naturais e mercantis simples ou capitalistas, já fora explicitada por Rosa Luxemburg (1971, p. 29-30), mais radicalmente e bem antes da teoria da dependência latino-americana, que sublinha sobretudo o fenômeno do dualismo ou da heterogeneidade estrutural endógena e exógena aos países e regiões (FARIAS, 1988).

A perpetuação de um capitalismo na escala global, tido por absoluto e ilimitado pelos oprimidos e seus intelectuais orgânicos (como a jaula de aço weberiana e a destruição criadora schumpeteriana), não pode ser a resposta natural aos desafios do presente enraizados no passado, mas que devem ser enfrentados agora como situação histórica aberta pelos oprimidos e seus intelectuais orgânicos. Geralmente, “as classes sociais constituem as infraestruturas das visões do mundo”, de modo que

a) que cada vez que se tratou de encontrar a infraestrutura de uma filosofia, de uma corrente literária ou artística, chegamos não a uma geração, nação ou Igreja, a uma profissão ou a todo outro grupo social, mas a uma classe social e a suas relações com a sociedade; b) que o máximo de consciência possível de uma classe social constitui sempre uma visão psicologicamente coerente do mundo que pode se exprimir no plano religioso, filosófico, literário ou artístico (GOLDMANN, 2014, p. 89).

De acordo com a filosofia da práxis, “« a classe para si » (oposta à classe em si), o máximo de consciência possível, exprimem possibilidades de democratização no plano do pensamento e da ação numa estrutura social dada” (GOLDMANN, 2014, p. 101-102), isto é, numa situação historicamente determinada, com gênese (passado), desenvolvimento (presente) e superação (futuro). A grande transformação histórica socialista exige, em primeiro lugar, que o processo de superação democrática socialista do capitalismo assuma a forma de uma ditadura do proletariado, a saber: “Perfeitamente: ditadura! Mas, esta ditadura reside no modo de aplicação da democracia e não na sua supressão, interferindo com energia e resolução sobre os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade

burguesa." (LUXEMBURG, 1978, tomo II, p. 88). Em segundo lugar, "esta ditadura deve ser a obra da classe, e não de uma pequena minoria que dirige em nome da classe", contrariando a autoemancipação do proletariado, cuja ditadura "deve ser a emanção fiel e progressiva da participação ativa das massas, deve sofrer constantemente sua influência direta, estar submetida ao controle da opinião pública no seu conjunto, emanar da educação política crescente das massas populares." (LUXEMBURG, 1978, tomo II, p. 88).

4 CONCLUSÃO

A produção pela produção globalizada tanto é uma totalização capitalista industrial que entra em crise social de superprodução periodicamente e está em crise ecológica estrutural permanente, quanto é movida pelas lutas intercapitalistas e entre as classes fundamentais. Na superação definitiva tanto das crises, quanto das classes do modo de produção burguês, o socialismo busca, de imediato, "a liberação espiritual do proletariado da tutela da burguesia, que se exterioriza pela influência da ideologia nacionalista [...]. A única defesa de toda liberdade nacional real é, atualmente, a luta de classe revolucionária contra o imperialismo." (LUXEMBURG, 2009, p. 275). Em nível nacional, as ações ecológicas e sociais contra o capitalismo imperialista (políticas, sindicais, culturais, etc.) devem ser implementadas de modo que "o proletariado se oponha da forma mais aguda possível à burguesia nacional, que o antagonismo político e espiritual entre os dois seja destacado em cada momento, como também seja ao mesmo tempo sublinhado e praticada a solidariedade internacional dos proletários de todos os países." (LUXEMBURG, 2009, p. 273-274). Sem esquecer que o "*Estado nacional e o nacionalismo* são, em si, moldes vazios nos quais cada período histórico e as relações de classes em cada país derramam um conteúdo material particular." (LUXEMBURG, 1978, tomo II, p. 94-95). Na situação neofascista atual, em que se volta "a descobrir a natureza estruturalmente bárbara do imperialismo como sistema, não limitada a qualquer forma política particular do Estado burguês, ou a qualquer classe dominante nacional em particular." (MANDEL, 1989, p. 19). Deste modo, a política republicano-nacionalista de "aliança antifascista", ontem como hoje, "qualquer que seja o significado das palavras envolvidas, resulta, na realidade, em sistemática colaboração de classe." (MANDEL, 1989, p. 48). O que a ofensiva burguesa neofascista global prova, no fim das contas, é que uma resposta proletária internacionalista ao desafio ecológico planetário não é possível se conformando com as imposições da produção pela produção global (cujas premissas e mediações de contradições dependem da intromissão do modo estatal global), que na configuração pós-moderna e ultraliberal se manifesta como fenômenos extremos de exuberância financeira e desigualdade socioeconômica. Essencialmente, existem duas grandes contradições no capitalismo global, a saber: uma entre os capitalistas e o proletariado,

outra entre o capital e a natureza. Não há autoemancipação do proletariado sem superação socialista das crises ecológica planetária e capitalista global. A revolução proletária não é incompatível com reformas solidárias atinentes ao ser social e ao ser natural à altura da urgência e da gravidade da dupla crise capitalista e ecológica. Tratam-se de reformas tais como:

[...] respeito incondicional aos compromissos do Fundo Verde para o Clima; parada para grandes obras de infraestrutura fóssil; supressão de produções inúteis e prejudiciais (armas!) e obsolescência planejada; socialização de energia, crédito e água; apoio à agricultura ecológica de proximidade e soberania alimentar; redução drástica do tempo de trabalho sem perda de remuneração; desenvolvimento do setor público sob o controle dos usuários nos campos de transporte e de isolamento-renovação [...] (TANURO, 2017, p. 6).

Porém, tais reformas são necessárias, mas não suficientes para superar as crises globais estruturais nas suas determinações sociais e naturais, desiguais e combinadas.

Em geral, os dilemas de Rosa Luxemburg serviram de referência no confronto atual do marxismo com o pós-marxismo ocidental sobre fenômenos sociais e ecológicos, imperialistas (capitalistas e estatais) e emancipatórios do proletariado oprimido (explorado, dominado e humilhado), em situação histórica de grande transformação do ser social e suas relações com a natureza (orgânica e inorgânica), na escala planetária. Em particular, “o que Rosa Luxemburg forneceu, não é uma teoria marxista das crises, nem uma teoria marxista dos limites internos do modo de produção capitalista, mas precisamente uma teoria do crescimento capitalista” (LUXEMBURG, 1971, Prefácio de Ernest Mandel, p. 25), envolvendo numa mesma totalidade contraditória o centro e a periferia do sistema, em que, para Rosa, os proletários são colocados na situação de “suportar, simultaneamente, todas as misérias e todos os horrores de duas épocas: a costumeira hegemonia da economia natural e a mais refinada exploração capitalista moderna.” (LUXEMBURG, 2009, p. 257). No sentido próprio, tomando o caso maranhense como exemplo, desde a segunda metade dos anos 1960, as políticas públicas desenvolvimentistas implementadas pelo 1º governo Sarney foram contribuições endógenas para um *Maranhão Novo* que pode ser tomado como um caso paradigmático desse dualismo de épocas. Hoje, o movimento contraditório que envolve sistemas produtivos *atrasados* e *avançados* é um fenômeno observável na Região Metropolitana da Grande São Luís, em que a estratégia expansionista exógena, seja como enclave mineral e agroexportador (reprimarização econômica), seja como enclave militar-espacial (entreguismo geopolítico), *ignora* cada vez mais os autênticos interesses socioeconômicos e ambientais tanto do proletariado (em nível nacional), quanto dos quilombolas e caboclos de comunidades primitivas (em nível local). Assim, na frente do moderno Porto do Itaqui, fica a ancestral Ilha do Cajual, na qual se encontram fósseis de dinossauros e homens vivendo em comunidade primitiva (sem energia, sem água potável, sem médico etc.) os quais, conforme a velha expressão lusitana, ficam a ver navios. Infelizmente, essas estratégias imperialistas de enclaves (propiciando tanto rentáveis e atrativos e-

preendimentos neocoloniais, quanto destruição dos homens e do meio ambiente) sempre contaram com a colaboração (populista de direita) ou a servidão voluntária (populista de esquerda) das hospitaleiras classes dirigentes maranhenses.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. The Capitalocene, or, Geoengineering against Capitalism's Planetary Boundaries. In: MOORE, Jason W. (ed.). **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Dexter (Michigan): PM Press, 2016.
- BACON, Francis. **Novum Organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BALIBAR, Étienne. Prefácio da edição francesa. In : LACLAU, Ernesto ; MOUFFE, Chantal. **Hégémonie et stratégie socialiste**. Besançon : Solitaires Intempestifs, 2009.
- BLOCH, Ernst. **Experimentum mundi**. Paris: Payot, 1981.
- BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**. São Paulo: Xamã, 2003.
- CHAMAYOU, Grégoire. **Théorie du drone**. Paris: La fabrique, 2013.
- CLOUSCARD, Michel. **Le capitalisme et la séduction**. Paris : Delga, 2015.
- ENGELS, Friedrich. **Dialectique de la nature**. Paris: Sociales, 1968.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil**. Tese de Doctorat d'État. Villetaneuse: Universidade Paris-Nord, 1988.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O modo estatal global**. São Paulo: Xamã, 2013a.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**. São Paulo: Cortez, 2013b.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global**. São Paulo: Xamã, 2015.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. O Estado, o Capital e o trabalho: a experiência brasileira recente. In SOUSA, Antonia de Abreu; SALES, Francisco José Lima; FEIJÓ, Jerciano Pinheiro (org.). **Canto do Assum Preto**. Fortaleza: Edições UFC, 2018a.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. A Revolução Russa e o marxismo do século XX. **Revista de Políticas Públicas**. n. 22, Especial. p. 87-128, São Luís, 2018b. Disponível em:
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/9777/5720>. Acesso: 12 mai. 2019.
- FOSTER, John Bellamy. **Ecology Against Capitalism**. Nova York: Monthly Review Press, 2002.

- GOLDMANN, Lucien. **Sciences humaines et philosophie**. Paris: Delga, 2014.
- GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa: Presença, 1984.
- GOLDMANN, Lucien. **Recherches dialectiques**. Paris: Gallimard, 1980.
- GOLDMANN, Lucien. **Marxisme et sciences humaines**. Paris: Gallimard, 1970.
- GOWAN, Peter. **Global Gamble**. Londres / Nova York: Verso, 1999.
- HARVEY, David. **Le nouvel impérialisme**. Paris: Les prairies ordinaires, 2010.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.
- HOBES, Thomas. **Léviathan**. Paris: Sirey, 1987.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hégémonie et stratégie socialiste**. Besançon : Solitaires Intempestifs, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris : Anthropos, 2000.
- LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **La guerre hors limites**. Paris: Payot & Rivages, 2003.
- LÖWY, Michael. **Écosocialisme**. Paris: Mille et une nuits, 2011.
- LUKÁCS, Georges. **Ontologie de l'être social. L'idéologie, l'aliénation**. Paris: Delga, 2012.
- LUKÁCS, Georges. **Prolégomènes à l'Ontologie de l'être social**. Paris: Delga, 2009.
- LUXEMBURG, Rosa. Le revers de la médaille. Sozialdemokratische Korrespondenz, 2 de abril de 1914, **marxists.org**. Disponível em: <https://www.marxists.org/francais/luxembur/works/1914/r19140402.htm>. Acesso em: 7 mai. 2019.
- LUXEMBURG, Rosa. **Textes**. Paris: Sociales, 1969.
- LUXEMBURG, Rosa. **Introduction à l'économie politique**. Paris: Anthropos, 1971.
- LUXEMBURG, Rosa. **Réforme ou révolution?** Paris: Spartacus, 1972.
- LUXEMBURG, Rosa. **Œuvres**. Tomos I e II. Paris: Maspero, 1978.
- LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. 2 tomos. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- LUXEMBURG, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- MACRON, Emmanuel (Prefácio). **Revue Stratégique de Défense et Sécurité Nationale**. 2017 Ministério dos Exércitos da França. Disponível em:
<https://www.defense.gouv.fr/content/download/514655/8664340/file/Revue+strat%C3%A9gique+de+d%C3%A9fense+et+de+s%C3%A9curit%C3%A9+nationale+2017.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.

- MANDEL, Ernest. **Power and Money**. Londres / Nova York: Verso, 1992.
- MANDEL, Ernest. **O significado da segunda guerra mundial**. São Paulo: 1989.
- MARX, Karl. **Contribution à la critique de la philosophie du droit de Hegel**. Paris: Allia, 1998.
- MARX, Karl. **Manuscrits de 1857-1868 (« Grundrisse »)**. Tomos I e II. Paris : Sociales, 1980.
- MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Sociales, 1977.
- MARX, Karl. **Le Capital**. Livros I, II e III. Paris: Sociales, 1976.
- MARX, Karl. **Lettres sur “Le Capital”**. Paris : Sociales, 1972.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo / Unicamp, 2002.
- PALHETA, Ugo. **La Possibilité du Fascisme**. Paris : La Découverte, 2018.
- ROSDOLSKY, Roman. **Gênesis e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto / EDUERJ, 2001.
- SACHS, Ignacy. **Pour une économie politique du développement**. Paris: Flammarion, 1977.
- STIGLITZ, Joseph. O legado mais preocupante de Trump. República Tcheca: **Project Syndicat**, 4/4/2019a. Disponível em: <http://prosyn.org/8lrK0Kz/pt>. Acesso em: 14 abr 2019.
- STIGLITZ, Joseph. A crise climática é nossa terceira guerra mundial e exige uma resposta corajosa. Brasil: **Carta Maior**, 07/06/2019b. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/A-crise-climatica-e-nossa-terceira-guerra-mundial-e-exige-uma-resposta-corajosa/3/44279>. Acesso em: 9 jun. 2019.
- TANURO, Daniel. **L'impossible capitalisme vert**. Paris : La Découverte, 2010.
- TANURO, Daniel. Trump joue son va-tout national-populiste. What did you expect? Bélgica: **LCR-La gauche**, 7/6/2017. Disponível em: <http://www.lcr-lagauche.org/author/daniel-tanuro/>. Acesso em: 7 abr 2019.
- TEIXEIRA, Juliana Carvalho Miranda. **La multitude et le prolétariat depuis les Forums Sociaux Mondiaux de 2001 à 2016**. 2017. 589 f. Tese (Doutorado em Sociologia / Políticas Públicas) – École Doctorale Sciences Sociales, Université Paris 8 Vincennes – Saint-Denis, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luís / Saint-Denis, 2017.
- TENENBAUM, Elie. « Le piège de la guerre hybride ». **Focus stratégique**, n° 63, outubro de 2015. Disponível em: <http://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/fs63tenenbaum.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2016.
- TROTSKY, Léon. **Histoire de la révolution russe**. 2 tomos. Paris: Seuil, 1967.

VINCENT, Jean-Marie. La déstabilisation du travail. Paris: **Futur Antérieur** n. 35-36, L'Harmattan, Paris, 1996. Disponível em: <http://www.multitudes.net/la-destabilisation-du-travail/>. Acesso em: 20 out. 2017.

Notas

¹ Teixeira (2017) fez uma crítica do uso da categoria spinoziana *multidão* (antinômica ao Império) pelos pós-marxistas Michael Hardt e Antonio Negri. Sobre o uso da mesma categoria na abordagem marxiana do *proletariado*, ver Farias (2015, p. 53).

² O presidente dos EUA, o general Dwight D. Eisenhower, no seu discurso de despedida em 17 de janeiro de 1961, advertiu os estadunidenses: “Nas esferas da governação, devemos proteger-nos contra a aquisição de uma influência indesejada, procurada ou não, por parte do complexo militar-industrial. Existe, e permanecerá, o potencial para um surto desastroso de poder mal concentrado. Não devemos nunca permitir que o peso desta conjugação ameace as nossas liberdades ou o processo democrático. Não devemos partir do pressuposto de que tudo esteja garantido.” Disponível em: <<http://mcadams.posc.mu.edu/ike.htm>> Acesso em: 12 mai. 2019.

³ Trata-se de uma atualização “epistemológica” da abordagem de Marx “com o trabalho de Gramsci, no qual a integralidade das identidades de classe do marxismo clássico deve ser substituída por identidades hegemônicas elaboradas através das mediações não dialéticas.” (LACLAU; MOUFFE, 2009, p. 23).

⁴ Em compensação, “Marx é completamente consequente quando mostra que o sistema capitalista, no qual a economia funciona como uma realidade relativamente autônoma, só pode ser engendrado pela violência e só poderá ser superado por processos não-econômicos... Esses processos deviam ter eles próprios um caráter de violência, posto que se tratava da revolução proletária.” (GOLDMANN, 1970, p. 23).

⁵ No que concerne à primeira guerra mundial que estava em curso, Rosa Luxemburg (2009, p. 250) recusou o dilema “vitória ou derrota”, enquanto “alternativa que só tem conteúdo real do ponto de vista do imperialismo, e que é idêntico, para cada grande potência, à questão: aquisição ou perda da posição de grande potência na política universal, de territórios, de colônias e da hegemonia militar. Para o proletariado europeu no seu conjunto, a vitória ou a derrota de cada parte beligerante são no presente, de seu ponto de vista de classe, igualmente fatais.”

⁶ Desde o início do século XX, “o período imperialista apresenta os seguintes sintomas: competição entre os Estados capitalistas, visando à apropriação de colônias e ao domínio de certas áreas de interesse, encontro de novas opções para a aplicação do capital europeu, sistema de empréstimos internacionais, militarismo, medidas protecionistas alfandegárias, supervalorização do papel desempenhado pelo capital bancário e pelos cartéis na política mundial...” (LUXEMBURG, 1984, tomo II, Antícritica, p. 114).

⁷ Além de restar no nível do capital social total, “[...] a grande lacuna das análises teóricas da reprodução... foi de não ter integrado a ação possível da intervenção econômica massiva do Estado enquanto comprador dos bens de consumo e, notavelmente, as consequências de eventuais grandes programas de armamento, posto que, do ponto de vista econômico, as armas são objetos de consumo e não meios de produção. Rosa Luxemburg havia vislumbrado este fator e lhe havia consagrado o último capítulo de sua obra [Acumulação de capital].”(GOLDMANN, 1980, p. 339-340).